

**A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E
CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A
DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA
PROFISSÃO**

**THE EDUCATIONAL FUNCTION OF SOCIAL SERVICE AND
CLASS CONSCIOUSNESS: REFLECTIONS ON THE
POLITICAL-PEDAGOGICAL DIMENSION OF THE
PROFESSION**

Vitória Santos de Oliveira¹

RESUMO

Este ensaio apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado desenvolvida pela autora no Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, trazendo a discussão teórica que servirá de base para a pesquisa empírica a ser realizada. O trabalho tem como intenção propor o debate acerca do princípio educativo e sua estreita ligação com a prática profissional do serviço social, observando os determinantes históricos e políticos em que se inserem o desenvolvimento do exercício profissional. Por fim, nos propomos a pensar novas estratégias para uma atuação mais crítica, levando em conta os desafios contemporâneos para a construção de uma pedagogia crítica emancipatória.

Palavras-chave: Dimensão pedagógica; consciência de classe; princípio educativo; serviço social.

ABSTRACT

This essay presents the partial results of the master's research developed by the author in the Graduate Program in Social Work at the State University of Rio de Janeiro, bringing the theoretical discussion that will serve as a basis for the empirical research to be

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: tec.vitoria@gmail.com

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

carried out. The aim of this work is to propose a debate about the educational principle and its close connection with the professional practice of social work, observing the historical and political determinants in which the development of professional practice is inserted. Finally, we propose to think of new strategies for a more critical performance, considering the contemporary challenges for the construction of an emancipatory critical pedagogy.

Keywords: Pedagogical dimension; class consciousness; educational principle; social work.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a função educativa do Serviço social, herdada historicamente e que vem sendo ressignificada pela categoria, a partir do processo de renovação das bases teórico-metodológicas da profissão. Neste sentido, propomos um debate acerca da dimensão político-pedagógica do serviço social a partir do percurso histórico da profissão e como esta tem colaborado para a formação da consciência de classe e para a organização política dos movimentos sociais anticapitalistas. Este estudo parte da elaboração teórica realizada para uma pesquisa em andamento a qual tem como objetivo analisar os limites e possibilidades de atuação do assistente social em territórios de favela, na cidade do Rio de Janeiro, e utiliza o levantamento bibliográfico como base para o desenvolvimento da discussão.

Tendo como perspectiva metodológica o materialismo histórico-dialético que busca compreender a totalidade dos processos sociais a partir do movimento histórico da sociedade e seus sujeitos, considera-se de fundamental importância abordar os elementos determinantes no processo de construção de uma identidade classista. Para tanto, se faz necessário ressaltar as condições materiais e ideológicas que levam a alienação da classe trabalhadora e a manutenção da hegemonia burguesa. Este ponto de partida nos possibilita pensar no lugar privilegiado do assistente social enquanto agente interventor e intelectual que pode, a partir de sua conduta ético-política, contribuir para o rompimento das relações de exploração e opressão inerentes à lógica capitalista.

Para aprofundarmos a reflexão sobre a função político-pedagógica do serviço social, utilizaremos como principais referências teóricas os estudos de Marina Maciel Abreu (2011)

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

Ivete Simionatto (2011), além de buscar em Antonio Gramsci (1989) a sustentação teórica para pensarmos o princípio educativo e sua influência no serviço social. Optamos pelo resgate da teoria gramsciana pois entendemos que esta exerceu grande influência na práxis do assistente social, possibilitando à categoria elaborar as devidas mediações entre a prática política e sua atuação nas políticas sociais e suas instituições, enquanto aparelhos privados de hegemonia. A fim de alcançar uma melhor compreensão acerca dos conceitos de alienação e ideologia, contamos como principal referência os apontamentos de Marx e Engels em *A ideologia alemã* (1986).

O serviço social, enquanto categoria profissional organizada e comprometida com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, vem buscando novas estratégias para intervir na realidade social posta nos diferentes campos sócio-ocupacionais. É convocado a adotar uma postura crítico-reflexiva que converge com os princípios e valores do projeto ético-político da profissão, como a defesa intransigente da liberdade, justiça social e dignidade humana. Portanto, refletir acerca das possíveis práticas pedagógicas, devidamente apoiadas na teoria social de Marx, nos permite ampliar o horizonte de atuação e direcionar a prática para o desvelamento das ideologias dominantes que mistificam as relações de poder que sustentam a estrutura econômica.

2. IDEOLOGIA E ALIENAÇÃO: É POSSÍVEL A HEGEMONIA DA CLASSE TRABALHADORA?

A teoria social marxiana nos leva a pensar na formação dos sujeitos individuais e coletivos a partir das determinações da estrutura econômica e sua inserção nas relações de produção do valor. Para Marx e Engels (1986), as relações sociais são determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e os indivíduos constroem suas representações e ideias de acordo com os limites impostos pela dinâmica de superexploração do trabalho, intrínseca à lógica capitalista. Estes pensadores defendem, que a consciência é produzida pelas condições materiais objetivas, de forma que “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Marx e Engels, 1986, p. 37). A partir destas afirmações, nos importa refletir sobre as relações de dominação e alienação

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

postas pela hegemonia burguesa e que estabelecem novos padrões de consciência e relação entre os sujeitos.

Com a expansão do capitalismo e cristalização da divisão social e técnica do trabalho, as relações entre os homens são socialmente determinadas pela sua inserção no processo de produção e pelas relações materiais derivadas da dominação da classe. A partir da análise de Marx em *A ideologia alemã* (*Ibid*, p. 49), compreende-se que o trabalho exerce poder fundamental sobre as relações, com o advento da propriedade privada, estabelecendo a consciência como “produto social” que incorpora a ideologia dominante como força insuperável e absoluta. Desta forma, Marx conclui que a produção da consciência é determinada por aqueles que dispõem dos meios de produção e, por isso, efetivam a dominação ideológica das classes subalternas.

As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. (*Ibid*, p. 72)

As relações de produção configuram a sociabilidade humana, através da apropriação do trabalho, acumulação de riquezas e subordinação da classe trabalhadora e são refletidas na constituição deste aparelho Estatal direcionado a perpetuar os interesses hegemônicos. Neste contexto, a consciência humana também é fruto das relações de reprodução social que se colocam nesta lógica produtiva e não o oposto. A sociedade civil, enquanto arena de disputas por interesses antagonísticos, Marx define como estrutura econômica, já o Estado será entendido como uma superestrutura política e jurídica que se ergue a partir destas relações econômicas.

Tomando como ponto de partida as análises de Marx e Engels acerca da definição de Estado e sociedade civil no cerne do desenvolvimento capitalista, a teoria gramsciana constrói uma lógica própria na compreensão do Estado enquanto aparelho coercitivo acrescentando novos conceitos que visam complementar a teoria política marxista. Neste propósito, Gramsci trabalha com o conceito de hegemonia para articular a funcionalidade do Estado na manutenção da ordem dominante, de modo que entende a hegemonia como principal força ideológica e estratégica para garantir o consenso ativo da classe oprimida.

Conforme explica Carnoy (1986), Gramsci atribui ao Estado burguês a responsabilidade em reproduzir a ideologia dominante a partir de suas instituições e aparelhos

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

públicos que, neste contexto, tornam-se instrumentos de disseminação e legitimação da lógica de exploração capitalista. Sendo assim o conceito de hegemonia em Gramsci exprime “um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante” (Carnoy, 1986, p. 95)

Ao contrário da obra marxiana que pensa a sociedade civil como estrutura econômica na qual se ergue o Estado enquanto superestrutura política e jurídica, a sociedade civil em Gramsci se funde à noção de Estado compondo, junto a este último, uma superestrutura única. O Estado como instrumento de manutenção da ordem econômica torna-se aparelho de hegemonia e cumpre uma função pedagógica na busca da manutenção do domínio consensual da classe trabalhadora e diferencia-se da sociedade civil apenas pela sua força coercitiva (*Ibid.*). A originalidade do pensamento de Gramsci se revela em sua análise do conceito de sociedade civil: para o filósofo italiano, a sociedade civil é a esfera privilegiada onde se expressam as lutas e correlação de forças entre as classes; lugar no qual se forma o pensamento político, os movimentos organizados e instituições políticas, culturais e religiosas.

É também no âmbito da sociedade civil que se produz o consenso ativo e a submissão de uma classe sobre a outra, muito embora este processo se dê com resistências de parte dos movimentos sociais. Sobre a ótica gramsciana, o Estado ampliado se forja quando esta sociedade civil, enquanto campo legítimo de defesa de interesses privados e coletivos, se funde à sociedade política (Estado coercitivo). Gramsci, ainda, aborda a centralidade da sociedade civil representada por seus aparelhos privados de hegemonia que constituem instituições e organizações sociais que resguardam este papel de transmissão de valores morais e materiais condizentes com a ideologia dominante.

Em seus estudos sobre a superestrutura, o autor avança na crítica à ideologia e concebe a sociedade civil e a sociedade política como espaço privilegiado de conflitos ideológicos e culturais entre as classes antagônicas (Simionatto, 2011). A análise gramsciana caracteriza a ideologia enquanto sistema de crenças e concepções de mundo que exercem influência política, social e cultural, determinadas pela estrutura econômica. Com isso, a classe

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

dominante está em constante processo de reprodução da ideologia por meio da cultura, promovendo, assim, a manutenção da alienação e subalternidade da classe trabalhadora.

Ivete Simionatto (2011) destrincha detalhadamente os conceitos elaborados por Gramsci e sua contribuição para o desenvolvimento da tradição marxista. De acordo com a autora, Gramsci afirma que o rompimento com a estrutura capitalista e construção de uma nova sociabilidade tem sua origem no redirecionamento intelectual e cultural, onde será possível a emancipação política e emergência da hegemonia da classe subalterna. Para o pensador italiano, a luta pela hegemonia não deve se restringir apenas à esfera econômica, e sim parte do movimento de tomada da consciência pelos sujeitos coletivos e reorganização da cultura. Já para Marx e Engels (1986) o processo revolucionário que dá início à dissolução da acumulação capitalista deve se dar no âmbito da estrutura econômica com a conquista dos meios de produção e, conseqüentemente, do poder político.

Indo de encontro a esta teoria, Gramsci defende que a revolução cultural é decisiva na luta pela dominação da classe, por isso a classe trabalhadora deve buscar, antes, sua autonomia ideológica através da formação da consciência política, lutando pela “extinção da apropriação elitista da cultura e do saber.” (Simionatto, 2011, p. 55). O primeiro e mais importante passo para o surgimento de uma nova civilização é por meio da conquista do consenso e direcionamento intelectual das massas, configurando a dominação ideológica de uma classe sobre a outra. Portanto a construção de uma hegemonia pela classe trabalhadora deve partir da relação dialética entre estrutura e superestrutura, onde se dá a unificação da classe para além da sua posição no sistema produtivo, mas, principalmente, pelo alinhamento ético-político coletivo.

Para este pensador italiano, a busca pela emancipação econômica da classe subalterna é imprescindível, porém não suficiente para a emersão de uma perspectiva contra-hegemônica, desta forma, a quebra do controle ideológico pela classe dominante é necessária para a concepção de uma nova consciência política e cultural da classe trabalhadora. É na luta pela apropriação dos modos de vida, modo de pensar e agir que se configura o confronto de ideias que levará o proletariado a extinguir sua condição de passividade e rendição. E é neste contexto de conflito entre as classes que se forjam as novas relações de produção em que os dirigidos se tornam dirigentes.

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

É assim que vai se formando a consciência de classe, o constituir-se, o ir-sendo dos grupos subalternos, cuja ação aponta para a construção de um novo bloco histórico e para a superação da ordem capitalista. A conquista da hegemonia, a construção de uma vontade coletiva nas sociedades ocidentais, implica, assim, a realização de uma ampla 'reforma intelectual e moral' (Simionatto, 2011, p. 54)

Esta transição da condição de classe subalterna para classe hegemônica implica a busca pelo consenso ativo das massas para a construção de um novo projeto societário que venha a substituir a ideologia tradicional e seus valores individualistas e restritos. Em Gramsci, entendemos que as crises são geradas a partir da perda do consenso ativo pela classe dominante que agora não possui a direção político-ideológica, portanto, há uma quebra da hegemonia (Simionatto, 2011). Este é o cenário propício para que os homens, enquanto classe proletária, venham a questionar suas condições de vida e trabalho, tomando consciência do seu devir no mundo e quebrando o senso comum para, assim, assimilar os nexos causais que levam a sua subalternidade política e econômica.

3. O PRINCÍPIO EDUCATIVO EM GRAMSCI E SUA INFLUÊNCIA NA PRÁXIS DO SERVIÇO SOCIAL

Neste estudo, optamos por destacar a perspectiva de Gramsci sobre o papel fundamental da organização da cultura na passagem do capitalismo para o socialismo, trazendo à luz o princípio educativo elaborado pelo autor italiano e sua relação com a prática profissional e política do serviço social. Observa-se que, tal como Marx, Gramsci atribui ao trabalho um lugar central na conquista do consenso ativo da classe trabalhadora e manutenção da ideologia alienante difundida pela burguesia. Em seus estudos sobre americanismo/fordismo, Gramsci demonstra objetivamente como a ideologia disseminada no interior das fábricas determina os modos de vida e visão de mundo dos trabalhadores, servindo como molde para a construção de um novo padrão de homem, totalmente submisso à sua condição de opressão.

Segundo Abreu (2011), às considerações de Gramsci sobre o advento do americanismo/fordismo possibilitam verificar o significativo esforço do capital em criar este perfil de trabalhador subalterno e capaz de incorporar para si os ideais e interesses da classe

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

dominante, a partir da introdução de novas tecnologias e reorganização do processo de produção. A autora coloca que o fordismo foi

Uma verdadeira arma política nas mãos das classes dominantes contra a combatividade e a unidade operária, desenvolvendo a formação de um tipo de trabalhador coletivo por meio do qual se erigiu uma nova classe operária e uma nova classe média (Abreu, 2011, p. 47)

O americanismo/fordismo representou uma série de intervenções de racionalidade pragmática e organizacional diante das novas demandas de desenvolvimento das forças produtivas e que se consubstanciou paralelamente à implementação do Keynesianismo e suas políticas de *Welfare State*. Neste contexto histórico da acumulação capitalista, se manifesta a exigência de intensificação do controle social começando no ambiente fabril e chegando, enfim, ao âmbito familiar/privado com a inserção de agentes estatais (entre eles os assistentes sociais) comprometidos em difundir práticas educativas fundamentadas na coerção e persuasão da classe trabalhadora. Em verdade, a introdução de uma nova racionalização da produção evidencia a real intencionalidade de solidificar a hegemonia burguesa através da dominação moral e ideológica do operário, a fim de enfraquecer qualquer perspectiva de acesso à democracia por este.

Para além da inserção de inovações tecnológicas, cada vez mais planejadas para a subordinação do homem em relação à máquina, a dimensão educativa se revela na tentativa de controle da classe trabalhadora e na disseminação de códigos de condutas e regras colocadas para estabelecer um tipo de adequação do homem às necessidades do capital. Segundo os estudos de Abreu (*Ibid.*), a construção deste padrão de trabalhador, adestrado e inteiramente de acordo com a lógica de produção e consumo, perpassa a busca pelo consenso ativo das massas através de um conformismo mecanicista, indispensável para enfraquecimento da consciência crítica e captura da subjetividade.

As instituições públicas e privadas (instituições jurídicas, escolas, templos religiosos) se tornam as principais intermediárias desta reforma moral imposta pela classe dominante e regulada pela ação estatal através da implementação de políticas de seguridade social. O princípio educativo, então elaborado por Gramsci, aborda especificamente a dimensão pedagógica mistificada pela organização da cultura através do processo de trabalho. De acordo com Abreu

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

O princípio educativo que funda a estruturação destas funções traduz-se na necessidade do estabelecimento de um *conformismo social* no seio da sociedade. O princípio ideológico formador de determinado modo de vida – cultura – às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização produtiva. (*Ibid*, p. 43)

É através da imposição de um novo padrão de trabalho, modos de vida, costumes e, inclusive planejamento familiar e reprodutivo, que o capital prepara o trabalhador fordiano: exaurido pelo processo de trabalho dentro da fábrica e invadido pelo proibicionismo e puritanismo disseminados pelos aparelhos privados de hegemonia. Desta forma, Gramsci nos aponta que a experiência do americanismo/fordismo expressa a unidade dialética da estrutura e superestrutura, onde o posicionamento político da superestrutura (sociedade civil e Estado) determina as condições de reprodução das relações econômicas de dominação (*Ibid*, p. 46).

O Estado desempenha papel determinante nessa complexa dinâmica de subordinação ideológica e reforma moral, empreendida pela classe hegemônica. Atua, efetivamente, como mediador entre os interesses da burguesia e controle das massas, servindo de instrumento de coesão e consenso entre as classes antagônicas. Para Gramsci, o Estado age com “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (Gramsci, 2000b, p. 331 *apud* Abreu, 2018, p. 391)

Seguindo a visão gramsciana sobre a relação pedagógica intrínseca à construção e manutenção da hegemonia, compreendemos a centralidade do trabalho em sua dimensão abstrata, como instrumento de manipulação ideológica utilizado pela classe dominante para alienação, exploração e, logo, reprodução da acumulação do capital. No entanto, esta categoria traz em si o potencial para pensarmos alternativas de reformulação deste mesmo princípio educativo, exaltando relações originais entre os intelectuais e as massas.

Da mesma forma que pensamos nas dinâmicas pedagógicas entre classe dirigente e classe dirigida, através da organização da cultura e controle político, é necessário ressaltar o caminho inverso: as possibilidades de quebra do *status quo* por meio da formação da consciência crítica e apropriação dos modos de agir, pensar e viver o mundo, pela classe trabalhadora. Este movimento de retomada da consciência e identidade classista, trazendo à tona o conhecimento de sua posição de superexplorado, vem de uma necessidade histórica de um projeto emancipatório que tem como via de regra a extinção da sociedade de classes.

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

É a partir do conceito marxiano de práxis e da filosofia da práxis abordada por Gramsci, que Abreu e Cardoso (1989) explicitam a estreita relação entre a dimensão interventiva do serviço social e a prática política voltada para a organização e mobilização da classe trabalhadora na busca pela hegemonia. De acordo com estas autoras

A práxis representa no pensamento marxista a categoria mais geral e mais simples, que dá conta da totalidade da prática social desenvolvida pelos homens na construção da sociedade e de si mesmos. Marx concebe como totalidade histórica a produção e reprodução do homem através do seu trabalho na relação com a natureza e com outros homens a partir da necessidade. (Abreu e Cardoso, 1989, p. 164)

A práxis representa a categoria essencial para alcançarmos o entendimento acerca da identidade entre teoria e prática e como se dá ação política voltada para um projeto emancipatório. A filosofia da práxis permite aos homens alcançarem novos horizontes de elaboração teórica a partir da atuação prática no mundo, manifestando a consciência da sua ação política e das possibilidades de transformação da realidade presente. Na análise gramsciana, esta construção filosófica acerca das concepções de mundo e do seu lugar no movimento histórico da sociedade abre possibilidades de ruptura com o senso comum que, por sua vez, contribui para o direcionamento da prática consciente a partir da unidade entre agir e pensar (*Ibid*).

Embora não esteja no escopo deste artigo esgotar o debate sobre a práxis social dentro da tradição marxista, a intenção é a apontar a importância desta categoria enquanto base conceitual que fundamenta a dimensão interventiva e pedagógica do serviço social, nas últimas décadas. O conjunto profissional vem incorporando aos seus planos de trabalho ferramentas educativas de natureza política que recebem grande influência do princípio educativo elaborado por Gramsci, no sentido de alinhar e defender os interesses da classe trabalhadora, junto aos movimentos sociais e organizativos. Desta forma, discutiremos no tópico a seguir a dimensão político-pedagógica do serviço social, dentro dos limites e possibilidades de construção de uma contra-hegemonia nos marcos da economia capitalista.

4. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PROFISSÃO

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

Para aprofundarmos o conhecimento sobre a função pedagógica do serviço social dentro das demandas do desenvolvimento capitalista, é fundamental retomarmos a trajetória histórica da profissão desde seu processo de profissionalização e institucionalização nos marcos do capitalismo monopolista, chegando ao movimento de reconceituação que destaca sua aproximação com a teoria social crítica de Marx. Traçar esta linha temporal, facilitará o entendimento dos limites e possibilidades de atuação profissional na sociedade burguesa contemporânea e nos permitirá vislumbrar estratégias de intervenção convergentes com a organização política da classe trabalhadora.

Tendo em vista que a própria natureza do serviço social se dá diante das necessidades de produção e reprodução da lógica de acumulação capitalista, observa-se que o desenvolvimento da profissão permeia os interesses contraditórios do capital em controlar e garantir a manutenção da força de trabalho. Abreu afirma que a função pedagógica do serviço social, originalmente comprometida com a conservação do status de poder da burguesia

consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão de ideologias na organização da cultura - condição e horizonte da construção das relações de hegemonia no cotidiano das classes sociais em confronto, e que esta mesma função objetiva-se por meio de estratégias de articulação entre interesses econômicos, político e ideológicos de uma classe, constituindo formas de pensar e agir próprias de determinado modo ou sistema de vida (ABREU, 2011, p. 30)

O contexto histórico e político de institucionalização do serviço social, no Brasil, evidencia a inserção de grande parte da categoria nos aparelhos públicos estatais, atuando como frente às recentes políticas de previdência, assistência e saúde do trabalhador, porém ainda com forte presença no âmbito das fábricas e empresas privadas, realizando a mediação entre as reivindicações da classe trabalhadora e as exigências do patronato. Interpretando o posicionamento do Estado a partir da ótica gramsciana, considera-se que ele atua enquanto agente de coerção e persuasão, na busca pelo consenso ativo das massas na propagação da ideologia dominante. As instituições em que se efetivam o exercício profissional do assistente social têm como base ideológica o controle e manipulação da força de trabalho, empenhando suas ações no sentido de desmobilizar os movimentos organizativos da classe subalterna, adequar os indivíduos aos novos padrões do desenvolvimento capitalista.

Na análise de Abreu, com o advento do fordismo, é requisitado do assistente social esta postura policialesca e autoritária, que se disfarça através de suas funções pedagógicas,

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

para reforçar e difundir normas de conduta e modos de vida que integram “o processo ideológico de inculcação de valores burgueses junto à classe trabalhadora” (Abreu, 2011, p. 92). No bojo destas estratégias de formação de um novo perfil de indivíduo, não apenas conformado com sua condição de subalterno, mas que se identifica com os interesses da classe dominante, o serviço social permanece como ferramenta intelectual de organização da cultura. Esta ação assume a faceta de “ajuda” aos mais necessitados, o que reatualiza as protoformas caritativas enraizadas na origem da profissão.

Levando em consideração estas determinações sócio-históricas que atravessam o processo de transformação do serviço social em profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, Marina Maciel Abreu identifica, em seus estudos, os principais perfis pedagógicos assumidos pelos profissionais e a base teórica e prática sustentada por eles. Dessa maneira, o primeiro perfil apontado pela autora se traduz no perfil pedagógico da ajuda, que se afirmou no serviço social durante seu processo de institucionalização, inicialmente nos Estados Unidos e Europa e logo após difundindo-se no Brasil. O elemento fundante desta prática interventiva se concretiza na psicologização da questão social e suas expressões, trazendo como abordagem principal os atendimentos individuais com vistas à reintegração e adaptação do sujeito à realidade econômica e social (Abreu, 2011).

A função pedagógica do serviço social, neste contexto de crescimento do capitalismo e agravamento da desigualdade entre as classes, é de significativa importância para conter os movimentos sociais da classe trabalhadora e exercer o controle sobre os indivíduos, atuando na perspectiva de culpabilização dos homens pela sua condição de subalternidade. Para tanto, o exercício profissional se ampara na racionalização da assistência material e atendimento psicossocial, através dos métodos de caso, grupo de comunidade, como ferramentas técnico-operativas intermediadas pelos pressupostos teóricos do funcionalismo e estruturalismo. A autora ressalta que “um ponto fundamental é a tendência à naturalização da vida social, onde as desigualdades sociais são justificadas como uma condição inerente à pessoa humana” (Abreu, 2011, p. 89).

A função educativa do serviço social que permanece velada através da sistematização da prática voltada para o ajustamento do indivíduo à ordem social corrente, carrega enquanto pressuposto a negação dos conflitos de interesse entre as classes, de forma que as relações

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

sociais são naturalizadas e a questão social despolitizada. Este perfil direciona a atuação para uma modernização das práticas conservadoras historicamente herdadas pelo serviço social e conforma-se através de uma postura acrítica e passiva dos agentes em relação às requisições institucionais.

Os pressupostos teórico-metodológicos plasmados pelo advento do Desenvolvimento de Comunidade, influenciaram em larga escala a atuação do assistente social nos países de capitalismo avançado, sendo trazido ao Brasil em meados da década de 50 com a proposta desenvolvimentista do então presidente Juscelino Kubitschek. Safira Ammann (2009) empreende o debate acerca do Desenvolvimento de Comunidade em sua dimensão ideológica e política, ressaltando as conseqüentes mudanças no exercício profissional dos assistentes sociais nessa conjuntura. De acordo com as reflexões da autora, o trabalho social realizado dentro desta proposta, limitam os profissionais a ações focadas no crescimento econômico e social dos territórios através de uma ótica despolitizada que não questiona as bases estruturais que reproduzem as expressões da desigualdade social (Ammann, 2009).

É importante destacar que o Desenvolvimento de Comunidade, primeiramente elaborado por organismos internacionais que se preocupavam com o crescimento capitalista e a continuidade do modo de produção, sendo assim estimula ações de natureza similar à pedagogia da ajuda, abordada anteriormente. No entanto, sua principal diferença se conforma na focalização da participação coletiva dos atores sociais em prol de melhorias e resolução de problemas em suas comunidades (*Ibid*). A prática do assistente social se efetiva através da mobilização popular e a dimensão político-pedagógica se consubstancia no trabalho com famílias e indivíduos e a comunidade enquanto sujeito coletivo, intervindo para educar e resguardar os papéis tradicionalmente atribuídos aos diferentes gêneros e classes, no entanto sem levantar a perspectiva crítica classista. Segundo Ammann

O processo educativo é focalizado em suas perspectivas estáticas, de manutenção da ordem, e dinâmica, de agente do progresso, postulando-se com base em “interesses comuns”, a solidariedade e a cooperação de todos os setores da comunidade nesse processo (Ammann, 2009, p. 41)

O serviço social assume papel significativo na consolidação da ideologia burguesa revelada pela proposta de Desenvolvimento de Comunidade e seus agentes reafirmam seu compromisso ético-político com a manutenção da ordem capitalista através dos discursos da

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

modernização e desenvolvimento nacional, onde se faz necessário a cooperação de todos. Abreu (2011) define esta “política participacionista” como uma reatualização da função educativa do serviço social onde o profissional atua com novas estratégias de gestão da pobreza e persuasão da classe trabalhadora em nome de um ilusório bem-estar social proporcionado pelo desenvolvimento comunitário.

Entre as décadas de 60 e 70 inicia-se um processo de crise dos pressupostos teórico-práticos da profissão, motivado pela recente aproximação do serviço social com a tradição marxista e seus expoentes. O percurso histórico do serviço social dentro do desenvolvimento das forças produtivas nos mostra o amadurecimento intelectual da profissão a partir desta apropriação da teoria social crítica de Marx e o rompimento com suas protoformas tradicionais. Por isso, é essencial ressaltar o movimento histórico marcante que se deflagrou na América Latina em meados da década de 60 e que expressa a gênese do autoquestionamento do serviço social em sua condição de agente coletivo, evidenciando um esforço inédito em estabelecer a crítica às categorias conceituais que até então guiavam o saber profissional.

Tal fenômeno, reconhecido pela literatura como movimento de reconceituação, se configura como um processo de revisão dos eixos teóricos constantes na formação profissional e que permeiam o conhecimento científico utilizado e produzido pelo serviço social e, conseqüentemente, guiam a prática profissional e seu compromisso ético-político. É neste momento, como aborda Netto (1994), em um cenário de profundas mudanças políticas, cerceamento de direitos e eclosão de ditaduras militares pelos diversos países do continente, que o serviço social volta sua atenção para as particularidades vivenciadas pelos países latino-americanos. A este respeito, Netto (1994, p. 209) ressalta que um dos principais objetivos do movimento, em sua totalidade, se resume na “explícita politização da ação profissional, solidária com a ‘libertação dos oprimidos’ e comprometida com a ‘transformação social’”. A recente dinâmica de reestruturação profissional convida os agentes a repensar o escopo de práticas, objetivos, técnicas instrumentais e estratégias constantes no exercício profissional, possibilitando uma nova ótica sobre as formas de operacionalização do cotidiano institucional.

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

A aproximação do serviço social com as ciências sociais e, especialmente, a tradição marxista, se encarrega de dar continuidade a este movimento de reorganização das práticas políticas no âmbito da categoria. É neste processo de questionamento de suas vinculações intelectuais que o serviço social denuncia a necessidade de ressignificação das determinações históricas da profissão e reinterpretação dos quadros conceituais impostos até então. Isto é, a inserção do assistente social na máquina estatal como parte de um instrumento de reprodução da hegemonia burguesa demonstra um movimento dotado de especificidades e contradições tendo em vista a condição de assalariamento do conjunto profissional.

O novo projeto ético-político da profissão, firmado e consolidado a partir da década de 80, desponta uma nova ótica acerca da atuação profissional, bem como dos espaços ocupacionais e suas possibilidades e limites. Através desta proposta de intervenção política e metodológica, o serviço social se coloca na base de enfrentamento à ordem social e econômica que se sustenta através da superexploração da classe trabalhadora e desapropriação de direitos. E, ainda, por conceber como objeto de ação profissional as expressões da questão social que nascem junto à sociedade de classes, ocupa lugar privilegiado na construção de um novo padrão de consciência coletiva que venha a questionar as contradições impostas pelo sistema capitalista. Sendo assim, a formação de um projeto profissional condizente com a realidade social e que busca alcançar não apenas as manifestações superficiais da questão social, mas sua essência contraditória e funcional à manutenção do desenvolvimento capitalista, é vital para pensar e planejar respostas adequadas às demandas dos usuários atendidos. Surge, então, a expectativa de um novo quadro de profissional que se identifica como classe trabalhadora e assalariada, pertencente a uma categoria que, historicamente, ocupa um lugar na produção e reprodução das relações sociais do capital, mas que neste momento passa a trilhar sua trajetória em conjunto com as lutas sociais pela emancipação humana.

Observar estas transformações internas e externas nos possibilita ampliar o debate sobre a formação de uma pedagogia crítica e emancipatória, de base conceitual majoritariamente marxista que busca apreender os fenômenos sociais em sua totalidade histórica e dialética. Com a aproximação do arcabouço teórico trazido por Gramsci acerca da organização da cultura e construção da hegemonia da classe trabalhadora, o serviço social

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

adota novos padrões teórico-metodológicos que fundamentam a práxis voltada para uma nova sociabilidade. Este ponto de resignificação da função pedagógica do serviço social abre espaço para novos mecanismos de intervenção direcionados à autonomia política das classes populares, juntamente à mobilização e organização destas classes frente as ofensivas do capital e seus representantes.

Para Abreu (2011, p. 03), a função pedagógica do Serviço social vai além de simples práticas educativas e informacionais, e se caracteriza como elemento organizador de uma cultura “por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida”. Colabora para a formação da visão de mundo dos sujeitos e, logo, possibilita a desconstrução de paradigmas e consolidação de estratégias anti-hegemônicas. Esta dimensão educativa no exercício profissional deve estar diretamente alinhada às principais lutas e reivindicações da classe subalterna, de modo a contribuir com processos de mobilização e organização populares que emergem das diversas manifestações da questão social. A autora ainda nos aponta que o maior desafio para o fortalecimento da atuação político-pedagógica do assistente social se materializa nas tendências conservadoras que atravessam cotidiano profissional e se colocam através da redução e desmonte de direitos sociais, consubstanciados pelo projeto neoliberal de mercantilização das necessidades sociais dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve como principal intenção propor o debate acerca do princípio educativo e sua estreita ligação com a prática profissional do serviço social, observando os determinantes históricos e políticos em que se inserem o desenvolvimento do exercício profissional. Considera-se de fundamental relevância refletir sobre o legado herdado pelo serviço social em seu surgimento enquanto instrumento de reprodução das relações sociais capitalistas, de forma que possamos romper objetivamente com as limitações políticas, ideológicas e econômicas impostas pela classe dominante. Compreender os nexos entre organização da cultura nos marcos da democracia liberal-burguesa e preservação da estrutura

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

econômica, nos propõe direcionar a intervenção para além do imediatismo cotidiano que resultam numa prática esvaziada de criticidade.

São inúmeros os desafios de exercer uma pedagogia emancipatória voltada para o protagonismo das classes populares em seu compromisso histórico de construção da contra-hegemonia. Entre eles podemos destacar a correlação de forças presente na realidade institucional dos diferentes espaços sócio-ocupacionais, nos quais o assistente social se depara com limitações materiais e políticas para desempenhar o plano de trabalho em consonância com os princípios e valores do projeto ético-político. As políticas públicas sociais são o principal espaço de atuação do serviço social e, ainda que garantam constitucionalmente os direitos sociais da classe trabalhadora, se revelam enquanto aparelho de controle e manipulação ideológica, elementos cruciais para a captura do consenso ativo das massas quanto ao domínio burguês.

Como ressalta Abreu (2018, p. 387-388) “o processo da crítica e da elaboração de uma nova cultura supõe relações pedagógicas originais, orientadas pela perspectiva do trabalho criador, concreto, como devir histórico e princípio educativo”. Por isso o trabalho continua sendo categoria central para pensarmos tanto os processos de alienação quanto o desenvolvimento da consciência classista e politizada. As relações de trabalho (produção da riqueza), assim como as instituições estatais (reprodução social), simbolizam esfera privilegiada para reforçar os vínculos com a classe trabalhadora e introduzir estratégias pedagógicas construídas a partir da valorização da cultura e saberes populares. Este caminho é inescapável ao profissional comprometido com a defesa intransigente da emancipação humana e sua autonomia econômica, política, cultural e ideológica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____, Marina Maciel. **A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, p. 385-402, 2018.

_____, Marina Maciel, CARDOSO, Franci. **SERVIÇO SOCIAL COMO UMA EXPRESSÃO DA PRÁXIS NA CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO: fundamentos e tendências no Brasil**. Revista de Políticas Públicas, p. 313-321, 2014.

A FUNÇÃO EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PROFISSÃO

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2** - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1994.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 4a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.